

ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE – QUEM SÃO? PARA ONDE QUEREM IR?

Samuel Costa

Mestre/IFSC

samuel.costa@ifsc.edu.br

Vanessa dos Santos Costa

Especialista/Prof. Estado de Santa Catarina

vanessas_c@yahoo.com.br

Rita Eliane da Rocha

Especialista/Prof. Estado de Santa Catarina

elianedarochar@gmail.com

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi conhecer os sujeitos da EJA do Presídio Regional de Araranguá (SC) e verificar a possibilidade de implantação de cursos PROEJA. Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário para 20 alunos com perguntas fechadas. A maioria dos sujeitos ouvidos é do gênero masculino, casado, pertencente à faixa etária de 20 a 30 anos, oriundo de escolas públicas, entre um e três anos afastados da escola, pararam de estudar para trabalhar e voltaram para a escola em busca de um futuro melhor. Como problema para a realização do curso, apontam os dados, está a dificuldade na compreensão de conteúdos de algumas unidades curriculares. Entretanto, embora diante dessa dificuldade, o resultado da pesquisa constata que a população prisional necessita e tem interesse na formação profissional, por meio de curso PROEJA. A profissionalização desses educandos é importante, uma vez que contribui para o aumento da dignidade e igualdade desses junto à sociedade.

Palavras-chave: Privação de liberdade. EJA. Perfil. PROEJA.

YOUNG PEOPLE AND ADULT EDUCATION STUDENTS IN THE CONTEXT OF DEPRIVATION OF LIBERTY: WHO ARE THEY? WHERE DO THEY WANT TO GO?

ABSTRACT

The objective of this study was to learn about the subjects of the Young People and Adult Education (EJA) program at Araranguá Regional Prison in the state of Santa Catarina and verify the possibility of implementing PROEJA courses in that context. A close ended questionnaire was applied to 20 students from the EJA program. Most of the students are male, married, between 20 and 30 years old and from public schools. They have also been between one and three years out of school, have stopped studying to work and have returned to school in search of a better future. Their learning difficulties regarding some of the course's subjects have been the major barrier to the completion of the program. The result of this study shows that the prison population needs and is mostly interested in vocational training through PROEJA. The professionalization of these students is important as it helps to increase their dignity and equality within the society.

Keywords: Deprivation of liberty. EJA (Young People and Adult Education). Students' profile. PROEJA (Young People and Adult Education integrated with Professional Education).

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que atende educandos que outrora foram excluídos da escola e que pretendem retomar os estudos em busca de novas oportunidades. Ela favorece a melhoria das condições de vida e a superação da exclusão (HADDAD, 2002), uma vez que desempenha o papel importante de possibilitar que o jovem e o adulto retomem os estudos, com perspectiva de vida nova e (re)inserção no mundo do trabalho.

A EJA é uma modalidade de ensino que permite mudança na vida para as pessoas, independentemente da idade ou classe social, via processo educativo formal. Apesar de o estudo não resolver todos os problemas sociais, e muito menos acabar com a injustiça social, pode ser a forma pela qual seja possível a reescrita da história (LOPES; SOUSA, 2007) para indivíduos com trajetórias marcadas por dificuldades diversas que os fizeram abandonar a escola.

Os alunos que frequentam a EJA são diversos e constituem um perfil bastante heterogêneo. Oliveira (1999) salienta que são homens e mulheres que voltam a estudar para melhoria de seus salários, quando empregados; em busca do primeiro emprego; são pais, mães e filhos, são moradores do meio rural, urbano e periferias. São pessoas que ficaram afastados do ensino por algum tempo e retornam, objetivando a satisfação de reviver na escola o que foi limitado, ou seja, a educação e a cultura letrada.

Em casos especiais, os educandos da EJA também podem ser indivíduos que se encontram em privação de liberdade nos diversos presídios existentes no Brasil. Para esses, a EJA, além de facilitar a inserção no mundo do trabalho, propicia o aumento da autoestima, permitindo almejar a reinserção na sociedade de forma digna. Essa modalidade de ensino se torna importante no contexto prisional, principalmente pelo fato de a detenção por si só não ser algo eficaz para a transformação dos indivíduos. Isso fica claro quando se considera o fracasso da privação de liberdade expresso em aumento de índices de criminalidade e da reincidência no crime.

A requalificação pode ser uma saída para a reinserção e a ressocialização após o tempo de permanência na prisão. Nesse sentido, Mello e Moreira (2009) argumentam que a escola no sistema prisional é um espaço importante, pois permite o resgate do

indivíduo, a troca de saberes e o fortalecimento dos vínculos coletivos. Porém, essa não pode ser vista apenas como uma medida humanitária de direito legal, mas sim deve constituir-se como algo regular e de qualidade, como a oferecida para qualquer outro indivíduo.

No entanto, em se tratando de alunos em privação de liberdade, muitas vezes somente a EJA não basta para a reinserção e ressocialização. Assim, é necessário pensar na educação para além da elevação do grau de instrução escolar, como, por exemplo, a possibilidade de qualificação/formação profissional associada ao aumento da escolaridade.

Às vezes, a falta de qualificação/formação profissional do preso impede seu (re)ingresso no mundo do trabalho. Como consequência, a falta de oportunidade de trabalho facilita a reincidência. Apesar de este não ser o único motivo para a existência da criminalidade e/ou reincidência, quando aliado a outros fatores de exclusão social, pode favorecer tal situação. Assim, qualificar e formar profissionais no ambiente da prisão é relevante para quem pretende voltar a ter uma vida social após a saída do sistema prisional.

A realização de cursos dentro da prisão está muito atrelada às especificidades do público-alvo. Portanto, é muito importante conhecer o perfil dos alunos em privação de liberdade, assim como o interesse desses em se profissionalizar no âmbito do presídio. Tomando como premissa o acima exposto, esta pesquisa tem como objetivos conhecer o perfil dos alunos da EJA do ensino médio do Presídio Regional de Araranguá (SC) e verificar a possibilidade de implantação de cursos de qualificação/formação profissional na modalidade PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos).

METODOLOGIA

A investigação que deu origem a este artigo se caracterizou como um estudo de caso do tipo exploratório e quantitativo. Esse tipo de estudo considera tudo o que pode ser quantificável, traduzindo em números opiniões e informações, visando proporcionar

maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses (CERVO et al., 2007).

Os dados foram coletados em 2011 junto aos alunos do curso EJA de ensino médio do Presídio Regional de Araranguá (SC), seguindo os seguintes passos: (a) apresentação do aplicador e exposição dos objetivos da pesquisa; (b) reiteração sobre o anonimato dos participantes e a confidencialidade de suas respostas; (c) informação sobre a livre deliberação de cada um em responder; e, por fim, (d) instruções específicas sobre a forma de responder aos questionários.

O Presídio Regional de Araranguá foi fundado no dia 31 de outubro de 1990 e, na ocasião da fundação, contava com capacidade para abrigar 44 detentos em 22 celas. Hoje, após novas adaptações e construções, a capacidade total é para 128 detentos, porém abriga 310 apenados, entre homens e mulheres, com idade entre 18 e 75 anos.

Entre os objetivos do presídio está o caráter punitivo, que visa, por meio das penas restritivas de liberdade, a punição de infratores das normas legais que regem a convivência social. Outro aspecto, esse de interesse social, caracteriza-se por ações ressocializantes que objetivam proporcionar as condições para a reinserção social dos detentos após o cumprimento das penas e a eventual saída do presídio, como por exemplo, a educação carcerária.

De um universo de 70 alunos do ensino médio do Presídio Regional de Araranguá (SC) que estudam na modalidade EJA, 20 aceitaram contribuir com a pesquisa. Para tanto, a seleção dos participantes foi intencional, a partir da acessibilidade e da disponibilidade, ou seja, ser aluno da modalidade EJA e aceitar responder aos questionamentos.

Como instrumento de pesquisa, foi utilizado um questionário fechado, no qual os pesquisados só podiam assinalar uma alternativa por questão. O instrumento foi dividido em duas partes: a primeira, composta por nove questões, buscou verificar o perfil do aluno; e a segunda, com seis questões, analisou a possibilidade de implantação de cursos PROEJA no presídio.

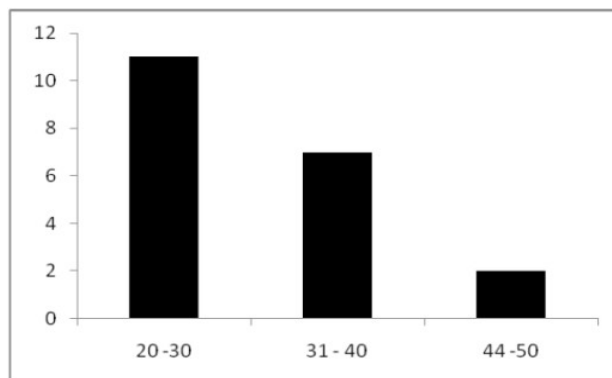
Para a análise das respostas obtidas das questões objetivas, utilizou-se um padrão de contagem, sendo os resultados apresentados em forma de gráficos, quando necessário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil dos alunos da EJA prisional

A juvenilização da EJA é algo bastante comum e uma realidade a ser enfrentada (MARINHO; FERREIRA, 2011). Esse fato foi comprovado dentre os sujeitos da pesquisa, uma vez que a maioria dos alunos pertence à faixa etária entre 20 e 30 anos (Figura1), indicando haver a juvenilização da EJA do Presídio Regional de Araranguá.

Figura 1: Faixa etária dos alunos da EJA do Presídio Regional de Araranguá.



Fonte: elaborado pelos autores.

A maioria dos estudos que buscam conhecer a faixa etária dos educandos da EJA e do PROEJA aponta para a juvenilização dessa modalidade de ensino (exemplos: COSTA et al. 2007; SOARES, 2007; OLIVEIRA; CEZÁRIO; SANTOS, 2009; FERREIRA; DANTAS, 2009; NESRALLA, 2009; MOURA; MELO, 2010; SOUSA; CUNHA, 2010; SILVA et al., 2010; MARINHO; FERREIRA, 2011). O aumento de jovens na EJA faz com que o cotidiano escolar e as relações estabelecidas entre os sujeitos que ocupam esse espaço sofram modificações significativas, principalmente na forma como o processo ensino-aprendizagem será conduzido.

A predominância de jovens na EJA pode ser creditada, dentre vários fatores, ao aumento dos números da evasão escolar do ensino chamado regular (BRASIL, 2007). Esse fato ocorre principalmente devido aos jovens ingressarem cada vez mais cedo no mundo de trabalho de forma bastante precária, desistindo da educação básica.

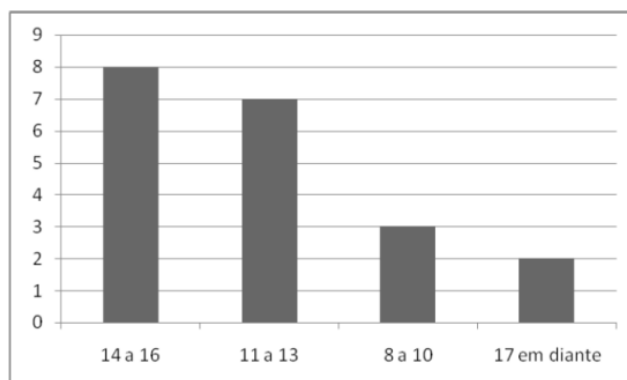
Apesar de os estudos acima apontarem para a presença de alunos mais jovem na EJA, no sistema prisional foi verificada também a presença de alunos com idade mais avançada, que não deixam de procurar os direitos à educação, garantidos pela Constituição, mesmo em privação de liberdade.

Dentre os educandos, a maioria pertence ao gênero masculino (16), sendo que isso reflete o fato de cerca de 70% dos presos do Presídio Regional de Araranguá ser homens, influenciando no gênero dos alunos matriculados na EJA prisional. A faixa etária e o gênero dos educandos analisados corroboram com o perfil dos presos do Brasil. Conforme destaca Julião (2007), a grande massa carcerária brasileira é composta por jovens que têm idade entre 18 e 30 anos (60%) e são pertencentes ao gênero masculino (96%).

Apesar de os participantes da pesquisa estarem privados de liberdade, a maioria (11) é casado ou apresenta união estável, sendo os demais (9) solteiros. A situação de casamento pode ser um fator que os estimule na retomada dos estudos, uma vez que, por meio da elevação da escolaridade, há o aumento da perspectiva de uma vida melhor e a ampliação da possibilidade de ressocialização. Isso pode contribuir para a melhora das condições das famílias estabelecidas, deixadas do lado de fora ao entrarem para o sistema prisional.

A idade com que a maioria começou a trabalhar foi entre 14 e 16 anos (8), seguida de 11 e 13 anos (7) (Figura2).

Figura 2: Idade em que os alunos da EJA do presídio de Araranguá começaram a trabalhar.



Fonte: elaborado pelos autores.

A inserção precoce dos indivíduos no mundo do trabalho pode ser um dos maiores motivos que levaram esses alunos ao abandono da escola sem completar a educação básica. Nesse contexto, o insucesso e as dificuldades encontradas podem ter contribuído com o desemprego e uma eventual situação financeira desfavorável. Apesar de muitas vezes, a escolaridade completa facilita o encontro de um emprego, porém, como foi levantado, os educandos pesquisados desde cedo estão inseridos no mundo do trabalho e, geralmente, sem completar a escolaridade.

Outra informação relevante levantada na investigação é a inserção de indivíduos entre oito e 10 anos no mundo do trabalho, contrariando o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Isto pode estar associada às situações excludentes que perduraram muito tempo na sociedade brasileira. Assim, fatores socioeconômicos, como a concentração de renda e a baixa renda *per capita*, ocasionaram durante muito tempo a pobreza das famílias, exigindo que estes jovens iniciassem o percurso no mundo do trabalho, contribuindo assim, para a dificuldade de permanecer no sistema educacional, ou até mesmo ingressar.

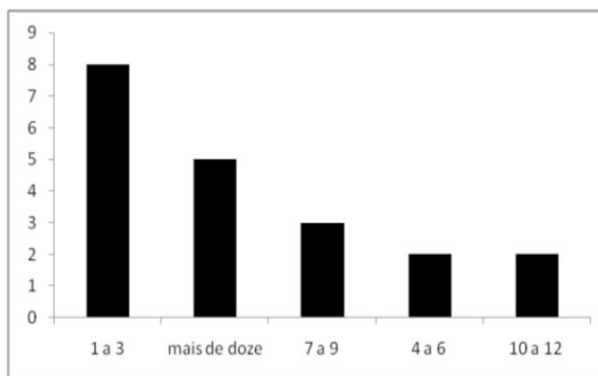
Dos educandos que fizeram parte da pesquisa, apenas um estudou parte do ensino dito regular em escola privada, sendo o restante oriundo de escolas públicas, onde tiveram parte de sua formação antes de abandonarem a escola. Esse dado corrobora com outros estudos similares desenvolvidos no âmbito da EJA e do PROEJA

(exemplo: NASCIMENTO; TAVARES, 2008; OLIVEIRA; CEZÁRIO; SANTOS, 2009).

A procura desses alunos pela escola pública pode ser justificada pela renda familiar, uma vez que a maioria dos alunos que frequenta a EJA é de uma camada desprivilegiada financeiramente, impossibilitando a realização dos estudos em escolas particulares. Além disso, o fato de as escolas não oferecerem atrativos que justifiquem a inserção desses educandos neste ambiente, decorrente da crise pela qual passa o sistema de ensino atual, pode desestimular a permanência.

O tempo de afastamento dos alunos do sistema educacional variou de um até mais de 12 anos, sendo que a maioria está afastada entre um e três anos (Figura 3). Essa situação também foi encontrada por Moura e Melo (2010), ao analisar o perfil de educandos do PROEJA. O pouco tempo de afastamento da escola dos alunos investigados pode ser justificado pelo fato de a maioria pertencer a uma faixa etária jovem.

Figura 3: Tempo de afastamento da escola dos alunos investigados.

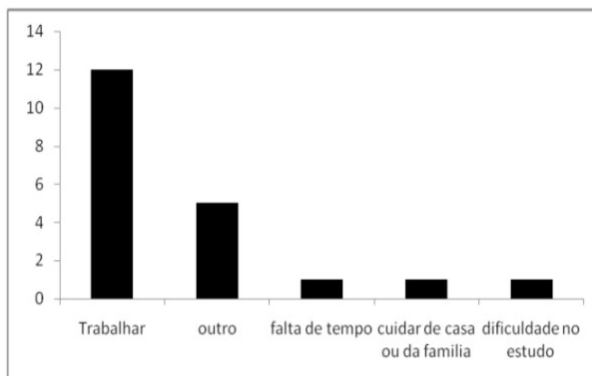


Fonte: elaborado pelos autores.

Dentre os alunos pesquisados, a maioria (12) saiu da escola para trabalhar, sendo que apenas uma aluna apontou que parou de estudar por ter dificuldades nos estudos (Figura 4). A necessidade de parar de estudar para trabalhar é apontada em diversos

estudos que analisam o perfil de alunos da EJA e do PROEJA (exemplo: FERREIRA; DANTAS, 2009; SOUSA; CUNHA, 2010; MOURA; MELO, 2010).

Figura 4: Motivos pelos quais os alunos investigados se evadiram da escola.



Fonte: elaborado pelos autores.

O aluno da EJA não teve acesso à educação ou não pôde permanecer na idade dita apropriada na educação básica por diversos motivos, mas principalmente pela necessidade de trabalhar, assim como pelo desestímulo por repetidas reprovações (FERREIRA; DANTAS, 2009). Em alguns casos, os alunos abandonam a escola por situações que não as de ordem econômica, como por exemplo, por motivos de casamento, desinteresse, falta de incentivo, entre outros (HADDAD, 2002).

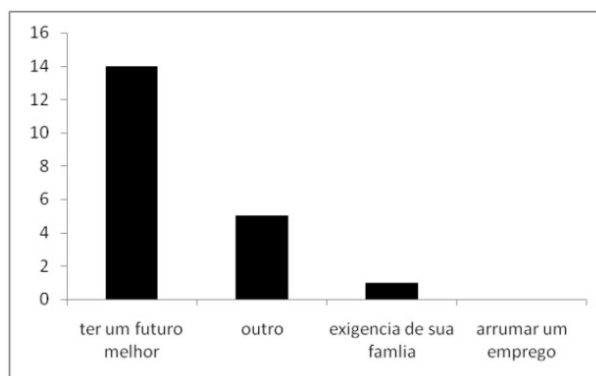
A entrada precoce no mundo do trabalho e a necessidade de cuidados com a casa e com a família são dois fatores que mais costumam contribuir para a evasão do ensino dito regular. Apesar disso, curiosamente, o trabalho geralmente é o fator que leva esses alunos a retornarem para escola, após terem se afastado por um determinado tempo.

Apesar de abandonarem os estudos logo cedo para ajudar na renda da família, muitos voltam para recuperar o tempo escolar, mesmo na situação de privação de liberdade. O retorno à escola muitas vezes ocorre por não conseguirem permanecer por muito tempo no emprego obtido que os levou a abandonarem os estudos. Isso se deve ao fato de muitas vezes a função que exercem nesse período ser caracterizada como um subemprego (desprovido de direitos trabalhistas, sem condições dignas e sem salários

merecidos). Assim, sentem a necessidade de retornar aos estudos em busca da dignidade profissional que foi negada pela falta de qualificação.

Os motivos de a grande maioria (14) ter voltado à escola estão associados principalmente à possibilidade de ter um futuro melhor (Figura 5). No entanto, muitos sujeitos participantes da pesquisa veem os estudos por si só como algo simplesmente importante para a vida.

Figura 5: Motivo que levou os alunos investigados a retomar aos estudos.



Fonte: elaborado pelos autores.

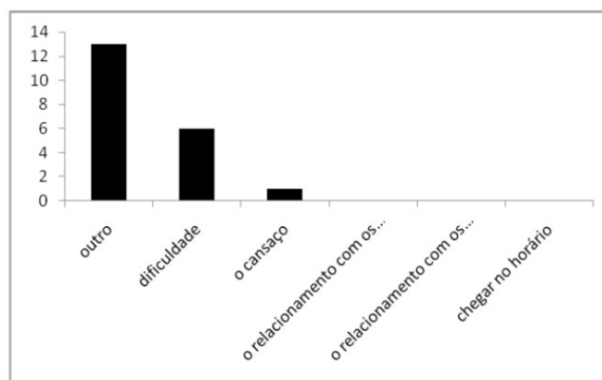
A escola é vista para o adulto não apenas como um espaço no qual exercitam a leitura e a escrita, mas como um lugar de convívio social, no qual depositam a esperança e o sonho de que, por meio do estudo, possam ser reconhecidos socialmente e melhorar as condições de vida por meio do trabalho (FERREIRA; DANTAS, 2009). Assim, a EJA aparece como uma oportunidade de melhoria das condições de vida e de superação da exclusão (HADDAD, 2002) para alunos que abandonaram os estudos.

Os motivos que fazem os alunos da EJA retornarem aos estudos são vários, porém, geralmente esse movimento é feito pela vontade de continuar os estudos, em busca da conquista de direitos que propiciem satisfação pessoal. Apesar disso, dentre os educandos há alguns que retornam simplesmente para obter um diploma que possa facilitar a conquista de um emprego melhor, que permita mudanças na condição econômica. Em estudo desenvolvido por Ferreira e Dantas (2009), foi identificado como

maior motivo para o retorno de alunos para a EJA o fato de a escolaridade abrir portas, ou seja, proporcionar um futuro melhor, assim como citaram os alunos dessa pesquisa.

Dentre os pesquisados, as dificuldades citadas para a realização do curso foram a dificuldade em aprender (5) e o cansaço (1), no entanto, a maioria (13) respondeu que não encontra dificuldades, pois não têm muitas atividades diárias, pelo fato de estarem privados de liberdade, o que os permite se dedicar aos estudos (Figura 6).

Figura 6: Dificuldades dos investigados para a realização curso na modalidade EJA.



Fonte: elaborado pelos autores.

A dificuldade em aprender o conteúdo foi constatada também por Silva (2009) como o maior problema encontrado pelos educandos da EJA na volta aos bancos escolares. Para a autora, essa dificuldade em aprender pode ser creditada aos empecilhos pelos quais os alunos têm que passar até chegar novamente à sala de aula, assim como ao tempo de afastamento do espaço escolar, que contribui para a dificuldade em se readaptar as normas escolares.

É importante ressaltar que a maioria dos alunos investigados está de um até três anos afastado da escola, o que pode implicar em poucas dificuldades de entendimento dos conteúdos, pois há pouco tempo estavam estudando. No entanto, há uma parcela que está há mais de 12 anos longe dos bancos escolares e isso pode implicar na dificuldade de entendimento das matérias, como citado por eles ao responderem ao questionário.

Apesar de não ter sido citado, outro fator que contribui para a dificuldade em estudar por esses educandos é o fato de muitas vezes haver transferências de uma unidade prisional para outra sem conclusão das disciplinas em curso. Isso faz com que os estudos sejam interrompidos pela metade, dificultando o entendimento das matérias, o que gera a desmotivação e por vezes até o abandono da EJA.

Embora se compreenda que as transferências prisionais prejudicam a retomada dos estudos, muitas vezes são necessárias por motivos disciplinares dentro da unidade prisional, por exemplo. Porém, essa situação contribui para que a autoconfiança do educando seja abalada, desmotivando-os e fazendo com que não sintam mais vontade em concluir os estudos, ocasionando desistências e evasão.

Possibilidade de oferta de cursos PROEJA para educandos privados de liberdade: um caminho para a qualificação/formação profissional

Os detentos representam uma parcela social que muitas vezes já estava fora da atividade econômica da sociedade, antes da detenção. Geralmente são jovens, com baixas condições financeiras e com um grau muito baixo de escolaridade. Assim, acredita-se que a maioria não tem ensino básico completo (JULIÃO, 2007), por isso a oferta de uma qualificação/formação profissional se faz importante, principalmente quando junto é ofertada a educação básica.

Todos os educandos pesquisados concordam que a formação profissional é algo muito importante para a sobrevivência em sociedade, sendo esse um fator facilitador para a reinserção social, fato apontado pela maioria (95%). Assim, foi percebido que os alunos têm a noção de que a realização de um curso de Educação Profissional pode diminuir a exclusão social ao serem colocados em liberdade.

A adequação do indivíduo ao mundo do trabalho é facilitada pela qualificação/formação profissional, uma vez que possibilita a aquisição de conhecimentos necessários que permitem a adaptação à sociedade em constante mudança (GONÇALVES et al., 1998). Porém, essa muitas vezes não é a realidade dentro do sistema prisional, pois há a defasagem quanto à escolarização profissional dos indivíduos, uma vez que não é fácil garantir um curso de Educação Profissional para

detentos, devido a fatores como, por exemplo, a atuação docente dentro dos presídios, que muitas vezes é inviabilizada.

A qualificação/formação profissional pode ser um fator que colabora com a “transformação” dos indivíduos enclausurados, pois somente a detenção não proporciona tal mudança. A falta de qualificação profissional pode contribuir para que a maioria dos presos sinta dificuldade de se ressocializar e retorne ao sistema carcerário, uma vez que a escolaridade baixa e a ausência de uma profissão facilitam essa situação.

No contexto pós-prisão, a baixa qualificação profissional e a baixa escolaridade podem ser fatores que contribuem para a exclusão social dos indivíduos que viveram em cárcere. Essas duas situações, possivelmente, estão intimamente ligadas com a criminalidade e relacionadas diretamente com questões econômicas e sociais (OLIVEIRA et al., 2008), propiciando a exclusão social.

Para Moura (1998 apud MAIA, 2003, p. 16) “a exclusão social significa o estado do indivíduo que é vedado a participar das condições gerais que a sociedade propicia aos cidadãos. [...], anula a cidadania”. Assim, a diminuição da exclusão social pode ser uma forma de também diminuir a marginalidade e aumentar a autoconfiança dos indivíduos, sendo a inclusão no mundo do trabalho um meio para isso. Assim, para Oliveira et al. (2008) é necessário desenvolver ações que visem preparar os presos para o mundo do trabalho, para que assim tenham apontado um caminho de transformação.

Apesar de a qualificação/formação profissional oferecida nos sistemas penitenciários contribuir com o processo de ressocialização dos presos, a realização dessa não pode ocorrer de qualquer forma, sem nenhum planejamento e a qualquer custo. Sendo assim, a profissionalização deve ser algo que os faça refletir e restaurar-se dos estigmas sociais.

A partir da qualificação/formação profissional, é possível fazer com que os detentos recuperem a autoestima perdida, assim como, desenvolver o respeito à Lei, promover o desenvolvimento humano e a valorização da cidadania (OLIVEIRA et al., 2008). Com os benefícios oriundos desse processo, o indivíduo tem maiores chances de ser incluso, permitindo que as suas vidas sejam redirecionadas e ressignificadas.

Embora tenha ficado evidente a importância da qualificação/formação profissional entre os investigados, a maioria dos alunos (70%) afirmou que já desempenhava alguma profissão antes da prisão, geralmente, de maneira informal. Dentre as profissões que foram citadas pelos detentos estão a de costureira, a de bordadeira, a de comerciante, a de eletricista, a de serralheiro, a de técnico em informática, a de agricultor, a de músico e a de pedreiro.

É comum que os detentos, ao chegarem ao presídio, não deixem claro que apresentam alguma profissão no momento em que são entrevistados pelos profissionais competentes, apesar de desempenharem profissões diversas. No momento do preenchimento da ficha de inscrição para estudar esse fato fica claro, pois ao serem perguntados sobre a atividade profissional que exerciam, muitos se intitulam de ladrão, assaltante, traficante, estelionatário, usuário de drogas, mas nunca de trabalhador.

Essa situação pode estar ligada ao fato de se sentirem excluídos socialmente no momento em que são inseridos na prisão, fazendo com que escondam a atividade profissional desenvolvida anteriormente. No entanto, com a convivência em sala de aula é possível verificar que muitos praticavam alguma profissão, mesmo que informal, antes de pararem na prisão. Nesse contexto, a qualificação profissional para continuarem executar a profissão após saírem do presídio pode ser uma saída que auxiliará na ressocialização.

A ressocialização permite buscar o exercício da cidadania de maneira plena. Para facilitar essa situação, qualquer atividade de ensino realizado no âmbito da prisão deve primar pela formação cidadã.

A maioria dos alunos (11) afirmou já ter ouvido falar em PROEJA, no entanto não tem bem claro o que isso significa e os benefícios que o programa pode proporcionar em suas vidas. Os familiares e os professores são o principal meio pelo qual ficaram sabendo sobre o PROEJA. No entanto, alguns nunca ouviram falar e nem sabem de seu grande potencial frente às questões de baixa escolaridade e falta de profissão formal.

No andamento do trabalho que levou à produção deste artigo, após ser explicado sobre o PROEJA e o potencial aos detentos, todos foram unânimes em afirmar que

teriam interesse em realizar um curso na referida modalidade dentro da unidade prisional, corroborando com os dados levantados por Silveira (2009) junto aos detentos do Rio Grande do Sul.

Em seguida, foi solicitado que os alunos escolhessem um curso que desejassem fazer no PROEJA, sendo que sete alunos escolheram curso na área de informática, outros sete em eletromecânica, três em panificação, um em moda, um em soldador e um na área de construção civil.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) é relativamente recente no cenário educacional brasileiro, isso faz com que muitas pessoas não o conheçam. Esse programa foi instituído pelo governo federal em junho de 2005, por meio do Decreto nº 5.478, que por sua vez foi substituído em 13 de julho 2006 pelo Decreto nº 5.840, que apresentou alterações de ordem curricular e de implantação (HYPOLITO et al., 2009).

Uma das funções do PROEJA é a de oferecer oportunidades educacionais por meio da integração entre a educação básica e a formação profissional. Para tanto, tem como objetivo atender à demanda de jovens e adultos, ofertando a educação profissional técnica, propiciando a inclusão no mundo de trabalho de forma que permita modificar a leitura de sociedade e a participação efetiva no contexto no qual os sujeitos estão inseridos. Além disso, esse programa permite a ampliação dos espaços públicos da educação profissional para adultos, e conseqüentemente a universalização da educação básica.

A garantia de (re)inserção no sistema educacional de jovens e adultos que não concluíram ou não tiveram acesso às redes escolares de educação básica e Profissional em sua faixa etária regular é a maior premissa do programa (HYPOLITO et al., 2009). Assim, o PROEJA constitui uma oportunidade de profissionalização e conclusão da educação básica para indivíduos em privação de liberdade.

O interesse dos educandos da EJA do presídio analisado em se qualificar profissionalmente é um dado importante. A partir da vontade de realizar um curso de Educação é possível oportunizar a inserção na sociedade com maior sucesso,

vislumbrando a possibilidade de não reincidirem no crime e retornarem ao presídio. Além disso, essa formação poderá contribuir para um melhor reconhecimento dos alunos libertos por toda a família, pelo fato de se sentirem mais aptos a voltar a atuar profissionalmente.

Ainda que a formação escolar não constitua garantia de ingresso no mundo do trabalho e nem tampouco condições de independência, o PROEJA pode contribuir muito para a formação de jovens e adultos, desde que haja muito mais empenho por parte do Estado para a implantação desse programa nos presídios do Brasil. Caso não seja realizada de forma que prepare o educando para o mundo do trabalho, pode não garantir a melhora na condição de vida dos alunos em privação de liberdade, tornando-se apenas mais um curso realizado sem a função social que é inerente a essa modalidade.

Silva (2004, p. 7-9) argumenta que para que se garanta uma educação de qualidade para todos do sistema penitenciário, seja básica ou profissional, é importante que se considerem algumas questões, como:

[...] um regimento escolar próprio para o atendimento nos estabelecimentos de ensino do sistema prisional venha a ser criado, no intuito de preservar a unidade fisiológica, político-pedagógico estrutural e funcional das práticas de educação nas prisões; [...] seja elaborado um currículo próprio para educação nas prisões, que considere o tempo e o espaço do sujeito da EJA inseridos nesse contexto que enfrente os desafios que ele propõe em termos de sua reintegração social; [...] seja produzido material didático específico para educação no sistema penitenciário, para complementar os recursos da EJA disponibilizados; [...] cada Estado elabore seus projetos pedagógicos próprios para educação nas prisões contemplando as diferentes dimensões na educação e considerando a realidade do sistema prisional para a proposição das metodologias; [...] que proposta curricular seja elaborada a partir de um grupo de trabalho que ouça os sujeitos do processo educativo nas prisões.

No momento que se pensa a qualificação/formação desses indivíduos, deve-se considerar que a população carcerária do Brasil, por ser muito jovem, é representada por indivíduos em idade produtiva, ou seja, que poderiam estar inseridos no mundo de trabalho e ser economicamente ativos. Dessa forma, é extremamente necessário que sejam tomadas providências para a reinserção desses indivíduos no mundo de trabalho pela oferta de cursos de Educação Profissional em presídios.

No contexto dos presídios, os cursos do PROEJA seriam algo de grande importância para os reclusos. Hoje, o sistema prisional geralmente não qualifica o preso para o mundo do trabalho formal, o que acarreta em diversos problemas para o próprio estabelecimento prisional, como por exemplo, a superlotação.

Nessa direção, a profissionalização de presos por meio de cursos PROEJA poderia ser uma perspectiva de trabalho após a saída do sistema penitenciário. Isso facilitaria a reeducação social desses indivíduos, pois o trabalho é uma fonte inquestionável de equilíbrio social (OLIVEIRA et al., 2008).

Passos (2009) salienta que a implantação de cursos PROEJA em sistemas prisionais deve buscar ver os educandos na sua totalidade, conhecer seu perfil, para que assim seja possível amenizar os processos de desumanização aos quais foram expostos. Essa modalidade de ensino pode facilitar a busca por uma significação para as questões de escolarização e inserção no mundo do trabalho

A oferta da EJA integrada à formação profissional permite, ainda, que o educando conclua a formação básica. Isso é importante uma vez que, em estudo realizado por Maia et al. (2009) foi verificado que em uma população carcerária do estado do Piauí a maioria dos detentos (95%) costuma abandonar os cursos de EJA para participar da Educação Profissional.

E, finalmente, antes da oferta de qualquer curso para alunos em privação de liberdade, é importante conhecer a realidade desses. Tradicionalmente não há um constante acompanhamento da situação da população encarcerada no Brasil, o que impossibilita, muitas vezes, o diagnóstico dos problemas a serem combatidos e, ainda, delimitar as estratégias adequadas de intervenção. Isso fica claro, quando se considera que os resultados do último Censo Penitenciário Nacional, que traz informações detalhadas sobre o perfil da população prisional, datam de 1997. Isso é preocupante, pois essas informações são essenciais para nortear a construção de políticas públicas na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os alunos privados de liberdade, investigados na pesquisa que resultou na produção deste artigo, formam um grupo bastante diversificado e heterogêneo, com especificidades típicas, como a maioria do público da EJA. São jovens e adultos sem história escolar regular, que outrora foram excluídos da escola e marginalizados na sociedade, que trazem consigo vivências e anseios.

Ficou evidente a vontade que a maioria dos investigados tem de estudar, mesmo tendo passado marcado por uma série de transtornos. Assim, a implantação de um curso PROEJA dentro do presídio pode auxiliar na promoção da educação para o mundo do trabalho. Com isso, haveria a oportunidade de os reclusos, além de aprimorarem os conhecimentos educacionais, concomitantemente com o curso de Educação Profissional, reinserirem-se no convívio social. Isto poderia reduzir e erradicar possíveis desigualdades sociais.

Pelo fato de esses educandos apresentarem uma realidade sociocultural bastante diversificada, enfrentando as mais variadas dificuldades para estudar, a história de cada um faz a diferença ao retornarem para os bancos escolares. Esta deve pautar as decisões e as práticas pedagógicas desenvolvidas, tomando como ponto de partida o perfil dos alunos, assim como, os traços socioculturais. Neste contexto, o docente deve atuar como um mediador e companheiro no processo de construção e reconstrução do aprendizado.

Porém, a implantação do curso PROEJA em um presídio deve respeitar as particularidades deste ambiente, como as regras internas, a superlotação e as muitas “atividades” que acontecem concomitantemente. Além disso, outra preocupação pertinente é o fato de não se ter como garantir a permanência dos alunos em sala de aula até o final do curso, pois pode ocorrer troca de regime, além da troca de unidade prisional.

E finalmente, o retorno à escola, mesmo dentro de um presídio, parece ser uma questão de honra, pois significa a devolução do direito de terminar algo que outrora ficou inacabado. Neste sentido, a retomada dos estudos não significa apenas o cumprimento de uma obrigação, mas o resgate da cidadania, da autoestima e do reconhecimento da existência na sociedade, ou seja, um processo de autoafirmação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Documento Base:** Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos – PROEJA – Educação profissional técnica de nível médio / ensino médio. Ministério da Educação: Brasília, 2007.

CERVO, A. L. et al. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

COSTA, F. L. M. et al. **O perfil dos alunos do PROEJA no CEFETCE:** o que pensam e o que desejam. 2007. Monografia (Especialização em Educação PROEJA) – Instituto Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

FERREIRA, R. B. C.; DANTAS, V. X. Aluna da EJA: quem é essa mulher? In: SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS, 2, 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2009.

GONÇALVES, C. M. et al. Os jovens, a formação profissional e o emprego: resultados de uma investigação internacional. **Sociologia:** Revista da Faculdade de Letras do Porto, v.3, p.137-178, 1998.

HADDAD, S. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

HYPOLITO, A. M. et al. Implantação dos cursos PROEJA nas instituições federais: as experiências de Pelotas. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 3, 2009, Vitória. **Anais...** Vitória, 2009.

JULIÃO, E. F. Educação para jovens e adultos privados de liberdade: desafios para a política de reinserção social. **Salto para o futuro**, boletim 6, 2007.

LOPES, S. P.; SOUSA, L. S. EJA: uma educação possível ou mera utopia? **Cereja**, v. 1, p. 17-19, 2007.

MAIA, C. S. et al. Educação nas prisões: nova visão sobre educação de jovens e adultos e gestão pública. IN: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 4, 2009. **Anais...** 2009, Belém.

MAIA, D. C. **A falta de qualificação profissional como um dos fatores na reincidência do preso**. 45f. 2003. Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

MARINHO, I. B.; FERREIRA, M. J. R. Os sujeitos do PROEJA: a participação da mulher no curso técnico integrado de segurança do trabalho no IFES – Campus Vitória. **Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 1, n. 1, p. 76-84, 2011.

MELLO, F. M.; MOREIRA, J. S. A experiência de alfabetização de jovens e adultos do Programa Re-Aprender no Conjunto Penal de Jequié-Bahia. **Revista Práxis Educacional**, v. 5, n. 7, p. 207-216, jul/dez, 2009.

MOURA, G. G.; MELO, J. D. Perfil do aluno proeja do Instituto Federal de Sergipe (IFS) campus Aracaju com ingresso em 2010. In: CONNEPI, 5, 2010, Maceió. **Anais... Maceió**, 2010.

NASCIMENTO, N. C. C.; TAVARES, G. R. C. Perfil dos alunos do PROEJA em uma instituição de educação profissional técnica de nível médio. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 8, 2008, Porto Alegre. **Anais... Porto Alegre**, 2008.

NESSRALLA, M. R. D. Onde está o público do PROEJA? Considerações sobre a implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL: O ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO TEMPO PRESENTE, 5, 2009, Uberlândia. **Anais... Uberlândia**, 2009.

OLIVEIRA, E. C.; CEZÁRIO, K. R. A.; SANTOS, J. S. Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos no PROEJA. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 3, 2009, Vitória. **Anais... Vitória**, 2009.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, n.12, 1999.

OLIVEIRA, Q. C. et al. Ressocialização de apenados por meio da qualificação profissional: Centro de formação profissional para recuperandos em regime aberto – CEFOP. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 2, 2008, Florianópolis. **Anais... Florianópolis**, 2008.

PASSOS, E. N. **Os jovens em cumprimento de medida sócio-educativa na FASE: realidades e expectativas quanto à profissionalização.** 22f. 2009. Trabalho de conclusão (Especialização em Educação PROEJA) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2009.

SILVA, A. D. B. **A EJA na modalidade a distância: facilidades e implicações.** 26f. 2009. Especialização (Monografia em Educação PROEJA), Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, 2009.

SILVA, A. R. N. et al. Discutindo o perfil dos alunos do curso de edificações na modalidade EJA – CEFET-RN: desafios e possibilidades. In: In: CONNEPI, 5, 2010, Maceió. **Anais...** Maceió, 2010.

SILVA, M. C. V. Paulo Freire e EJA aprisionados: uma relação necessária. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO FÓRUM PAULO FREIRE, 4, 2004. Porto **Anais...** Porto, 2004.

SILVEIRA, E. **A escola prisional e o PROEJA**: a educação na formação do trabalhador apenado na Escola Estadual Irmão Miguel Dario. 29f. 2009. Trabalho de conclusão (Especialização em Educação PROEJA) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2009.

SOARES, M. A. F. **Perfil do aluno da EJA / médio na escola Dr. Alfredo Pessoa de Lima**. 2007. 58f. Monografia (Especialização em Educação PROEJA) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

SOUSA, K. C.; CUNHA, N. S. **Perfil dos alunos de Educação de Jovens e Adultos de Teresina**. 2010. Disponível em:
<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.19/GT_19_03_2010.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

Recebido em: 25/09/2015.
Aprovado em: 17/06/2016.